

À
VEPER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.
Sr. Thiago Rafael F. Muchelim
thiago.muchelim@grupoveper.com.br
(41) 3247-8020

Referência: Pregão Eletrônico Nacional NF 1687-19 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E SEGURANÇA OSTENSIVA NAS DEPENDÊNCIAS E ÁREAS DA ITAIPU.

Assunto: Impugnação - Resposta - Parcialmente deferido

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a ITAIPU é pessoa jurídica de direito público internacional, instituída por Tratado celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, no exercício pleno de suas soberanias, o qual estabelece as normas que regem a Binacional (artigo III, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), conjugando e principalmente compatibilizando as leis internas dos dois Estados contratantes. Neste contexto, a binacional possui procedimentos próprios para os certames licitatórios que promove (artigo XXVIII, do Estatuto da ITAIPU, Anexo A do Tratado), disciplinados na Norma Geral de Licitação da ITAIPU (NGL), aprovada pelo Conselho de Administração, órgão máximo na instância hierárquica, constituído paritariamente por brasileiros e paraguaios.

Portanto, as licitações realizadas pela ITAIPU, diante da sua natureza jurídica peculiar, são regidas por sua Norma Geral de Licitação, conforme consta no subitem 2.3 do Caderno de Bases e Condições (CBC) do Pregão em apreço, não lhe sendo aplicável a Lei brasileira nº 8.666/93.

Nesse sentido, sendo coerente o pleito com os objetivos do certamente, que é de ampliação da competição sem, todavia, fragilizar as necessidades operacionais, a ITAIPU resolve dar provimento parcial ao requerido.

Feitas as considerações iniciais e analisado o teor da impugnação apresentada por V.Sa, passamos a responder a insurgência nos termos seguintes:

1. Da falta de previsão no edital acerca de maior rigor acerca da habilitação econômico-financeira das empresas licitantes (solicitação de alteração do valor do Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$ 1.290.000,00 (um milhão e duzentos e noventa mil reais):

Pedido indeferido. O Patrimônio Líquido mínimo exigido é o estritamente necessário para aferir se a proponente tem condições mínimas, sob o enfoque financeiro, de garantir a execução do contrato. Seus parâmetros objetivos estão estabelecidos na Instrução de Serviço nº 1 da Instrução de Procedimentos nº 2 da Norma Geral de Licitação, norma criada pelas autoridades de ITAIPU e que tem alcance binacional.

Além disso, em que pese às ponderações do Preâmbulo sobre a não aplicação da legislação brasileira, a exigência está em conformidade com o Art. 31º, parágrafo 3º da Lei nº 8.666/93.

2. Da falta de previsão no edital acerca da necessidade de realização de visita técnica:

Pedido indeferido. As Especificações Técnicas, Anexo I do CBC, estabelece os elementos suficientes para proponente formar seus preços. Não obstante, caso a empresa desejar, poderá agendar Visita Técnica pelo e-mail cagnoni@itaipu.gov.br para conhecimento dos locais de prestação do serviço, conforme informado no Aditamento 5.

3. Da obrigatoriedade da apresentação das planilhas auxiliares de “Custos e Formação de Preços dos Postos”, conforme o modelo constante no Anexo “A” da Planilha de Preços, Anexo III deste CBC:

Pedido deferido. Favor se reportar ao item II do Aditamento 7.

4. Da falta de prazo hábil para manifestação das licitantes:

Pedido indeferido. Quanto ao vocábulo “*imediatamente*”, subitens 2.18.11 e 1.19.2 do CBC, considerando a complexidade do modelo de cada proposta comercial, o Pregoeiro concederá um prazo dentro da razoabilidade para a proponente apresentar suas planilhas auxiliares de “Custos e Formação de Preços dos Postos”, conforme o modelo constante no Anexo “A” da Planilha de Preços, Anexo III deste CBC

Quanto ao prazo estabelecido nos subitens 2.24.2 e 2.24.2.1 do CBC, trata-se do atendimento ao normativo da ITAIPU, em especial o subitem 4.2.2, letra “l”, da IP 12. Não obstante, o prazo de 30 (minutos) é apenas para a interessada manifestar o interesse em apresentar o recurso, sendo que as razões recursais, poderá apresentar em até 3 (três) dias úteis.

5. Da ausência de previsão legal que impeça a realização de dobras (horas extras):

Indeferido. A redação deve ser mantida, pois a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho é pacífica, consubstanciada na vigente Súmula nº 85, IV, no sentido de que a prestação habitual de horas extras descaracteriza o regime especial de jornada de trabalho 12x36, mesmo que autorizada por norma coletiva, sendo devidas as horas extras que excederem as 8ª diária e 44ª semanal.

Outrossim, a vedação está de acordo com o parágrafo único do art. 2º da Norma Geral de Licitação, no sentido de que, ao proteger o bem-estar do trabalhador alocado para o serviço, constitui-se reflexo do compromisso de desenvolvimento sustentável, sob o viés social, assumido pela Entidade.

6. Da concessão de aviso prévio para encerramento de posto de serviço:

Pedido indeferido. Os postos de serviço indicados nas Especificações Técnicas são referências para a prestação de serviços de vigilância, não representando, sob qualquer aspecto, a intermediação de mão de obra.

Neste sentido, não há que se falar em garantia de aviso prévio na hipótese de extinção de posto de serviço, porquanto não se estará demitindo o funcionário alocado, mas tão somente revisando as condições de prestação definidas anteriormente.

7. Da necessidade do posto de supervisor administrativo:



Pedido indeferido. As atividades relativas à recepção de documentos dos empregados estão descritas nas atribuições do posto 42 - PDR. Não obstante, as funções administrativas da contratada devem estar contempladas em suas despesas operacionais, previstas em todos os postos de serviço.

Por fim, solicitamos a gentileza confirmar o recebimento desta correspondência no campo abaixo, devolvendo-a ao e-mail comprasFOZ@itaipu.gov.br.

Atenciosamente.


Daniele Tassi Simioni Gemael
Superintendente de Compras

Confirmo o recebimento:

(identificação e assinatura)

Data: ____/____/____